

## TERMO DE COMPROMISSO

---

### TERMO DE COMPROMISSO E DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADES N.º \*\*/2017 PERANTE A GAS NATURAL FENOSA (GNF), NO ÂMBITO DAS MEDIDAS APROVADAS AO ABRIGO DO PPEC

---

\_\_\_\_\_, matriculada(o) na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º \_\_\_\_\_, pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, adiante abreviadamente designada(o) por **beneficiário**, representada por \_\_\_\_\_ (nomes, estado civil, morada, n.º de B.I., data e lugar de emissão ou n.º de C.C. e data de validade), na qualidade de \_\_\_\_\_, com poderes legais para obrigar o beneficiário nos termos do \_\_\_\_\_ (identificação da decisão ou estatutos que atribuem ao representante poderes para o ato), pelo presente termo compromete-se a assumir e a cumprir as obrigações emergentes das medidas que lhe foram aprovadas, no âmbito do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (adiante PPEC), nos seguintes termos:

1. O beneficiário candidatou-se ao PPEC de 2017-2018 para usufruto de medidas de promoção de eficiência no consumo de energia elétrica que constam no formulário de candidatura.
2. O beneficiário aceita integralmente a decisão de aprovação das respetivas medidas, nos termos e condições que integram a sua candidatura e respetiva aprovação, assim como aceita todas as obrigações decorrentes das disposições legais nacionais e comunitárias aplicáveis e, subsidiariamente, das disposições que se seguem.
3. O beneficiário compromete-se a executar as medidas nas condições em que foram aprovadas, cumprindo as disposições do PPEC, bem como as Condições Gerais apresentadas pela GNF, e demais documentação ou informação que lhe seja enviada relativa à interpretação e aplicação das referidas Regras, as condições de candidatura, respeitando os prazos, os termos, os objetivos e finalidade de execução, não podendo em qualquer caso, no âmbito do incentivo, dar-lhe um fim ou finalidade diferente daquele que consta da candidatura aprovada.
4. Fazem parte integrante do presente Termo, sendo do pleno conhecimento e aceites pelo beneficiário, as disposições contidas nos documentos que se juntam em anexo, designadamente:
  - a. Anexo I - Questionário – ref GNF-PPEC/01/2017\_r0
  - b. Anexo II - Condições Gerais – ref GNF-PPEC/02/2017\_r0
  - c. Anexo III - Metodologia – ref GNF-PPEC/03/2017\_r0
5. Em caso de incumprimento das regras do PPEC pelo beneficiário nas condições previstas, designadamente por não ter executado as medidas nos termos, prazos e nas condições em que foram aprovadas, a GNF, salvo quando se comprove que tal incumprimento resulte de razões não imputáveis ao beneficiário, pode:
  - a. Decidir pela não aprovação do pagamento de parte ou da totalidade do incentivo a atribuir;
  - b. Solicitar a devolução pelo beneficiário das quantias que este tenha recebido indevidamente, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da notificação da GNF;
6. Os montantes indevidamente recebidos, por factos imputáveis ao beneficiário, acrescidos de juros se a eles houver lugar, constituem dívida do beneficiário, pelo que devem ser restituídos ao operador da rede de transporte, no seguimento de solicitação da GNF, conforme previsto na alínea b. do ponto anterior.
7. Para efeitos do cumprimento das regras do PPEC e respetivos pagamentos dos incentivos da medida, o beneficiário compromete-se a:
  - a. Ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos devidos ao Estado;
  - b. Ter os equipamentos instalados;
  - c. Permitir a realização de auditorias por parte da GNF ou entidade por ela indicada, cooperando com a mesma, designadamente colocando à sua disposição os meios necessários, permitindo e facilitando o acesso a instalações e documentos;
10. Sem prejuízo do estabelecido, a signatária compromete-se a implementar na totalidade as medidas propostas e aprovadas até à data contratada, sendo que não serão comparticipadas pelo PPEC quaisquer despesas que já tenham sido financiadas por outros programas nacionais ou comunitários.
11. O beneficiário compromete-se a agir e a realizar as ações necessárias à concretização das medidas aprovadas de boa-fé e no rigoroso cumprimento da lei e demais disposições aplicáveis.
12. O beneficiário e os seus representantes incorrerão em responsabilidade criminal em caso de falsificação de documentos e/ou prestação de falsas declarações, nos termos dos artigos 256.º e 348.º-A, ambos do Código Penal.

## TERMO DE COMPROMISSO

---

Anexos:

Anexo I - Questionário – ref GNF-PPEC/01/2017\_r0

Anexo II - Condições Gerais – ref GNF-PPEC/02/2017\_r0

Anexo III - Metodologia – ref GNF-PPEC/03/2017\_r0

Data:

Assinatura

## CONTACTOS

---

Para qualquer esclarecimento relacionado com o presente Regulamento, as empresas devem utilizar os seguintes contactos:

E-mail: [ppec.gnf\\_ti1@ewen-energy.com](mailto:ppec.gnf_ti1@ewen-energy.com)

Telefone: 22 094 56 01

[www.gasnaturalfenosa.pt](http://www.gasnaturalfenosa.pt) ou [www.ewen-energy.com](http://www.ewen-energy.com)